

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO  
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA J.  
PAULO L. L DE CERQUEIRA ME. RELATIVO A  
INABILITAÇÃO EM SUBÁREA “EDUCAÇÃO  
EMPREENDEDORA - DIDÁTICA E METODOLOGIA  
DE ENSINO NA EDUCAÇÃO” NO PROCESSO DO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS  
PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE  
CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2018 –  
SEBRAE/MT.**

A Comissão Responsável Pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital, prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **J. PAULO L. L DE CERQUEIRA ME.**

**1. DO RECURSO**

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **J. PAULO L. L DE CERQUEIRA ME** contra sua não habilitação na seguinte subárea proposta: “Educação Empreendedora - Didática e Metodologia de Ensino na Educação Formal na natureza de Instrutoria” em Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT.

O recurso foi recebido tempestivamente em 16/11/2018, via e-mail.

A recorrente **J. PAULO L. L DE CERQUEIRA ME**, alegou em apertada síntese:

1. Faz o requerimento deste recurso pela revisão de horas do atestado de capacidade técnica (Instrutoria) na área Educação e sub área: Educação Empreendedora, na qual foi julgado com carga horária insuficiente sendo que foi apresentado dois atestados de capacidade técnica, uma pela empresa Valores Consultoria com carga horária de 180 horas e outro do Sebrae MT desenvolvido com o trabalho no programa Negócio a Negócio com a carga horária de 80 horas, na qual é desenvolvido o trabalho de Instrutoria para pequenos negócios com a metodologia do programa NAN.
2. Caso este atestado seja insuficiente, segue um outro atestado em anexo de 20 horas para a complementação caso rejeite, onde foi desenvolvido a Instrutoria a uma empresa em que prestei serviços com Instrução e Treinamentos na área em que me inscrevi. Não foi apresentado este atestado na época do credenciamento pelo fato de ainda estar prestando serviços a esta empresa. Pede a consideração das novas documentações enviadas em anexo.

É o relatório.

**2. DO JULGAMENTO**

**2.1 - PRELIMINARMENTE**

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

*“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”*

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidos daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

## **2.2. DO MÉRITO**

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

A Comissão Responsável Pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital do SEBRAE/MT, promoveu uma reanálise dos documentos apresentados pela empresa **J. PAULO L. L DE CERQUEIRA ME**, tendo sido verificado que se inscreveu na subárea Educação Empreendedora - Didática e Metodologia de Ensino na Educação Formal, como natureza de Instrutoria.

O atestado de capacidade técnica de 180 horas de serviços prestados a empresa Valores Consultoria Econômica é referente a natureza de Instrutoria, e treinamento na área de empreendedorismo, atendimento ao cliente, administração e pesquisa de mercado, enquanto que o candidato se inscreveu para:

- Área de “Educação”, Subárea “Educação Empreendedora – Didática e Metodologia de Ensino na Educação Formal”

Após a análise a comissão decidiu pela não aceitação do referido atestado de capacidade técnica por não estar compatível aos serviços da área e subárea eleitas pelo candidato.

Convém ainda reforçar que nesta fase do processo não há possibilidade de inclusão de novos documentos, então o atestado apresentado da empresa CS Informática não será aceito e mesmo assim a natureza dos serviços não é compatível com a subárea escolhida pela empresa candidata.

Em razão do exposto e não havendo motivos que justifiquem a retificação da decisão de não habilitação da empresa recorrente, esta Comissão Responsável Pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital – CRAHJQT do SEBRAE/MT **recomenda** à Autoridade Competente considerar **IMPROCEDENTE** o recurso acima analisado, pelas razões expostas.

Cuiabá/MT, 27 de novembro de 2018

Comissão Responsável pela Avaliação e Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital SGF 01/2018:

*[Documento original assinado no processo]*

**Zaira de Melo Pereira**  
Presidente da Comissão

*[Documento original assinado no processo]*

**Jonilson Anelli**  
Membro da Comissão

*[Documento original assinado no processo]*

**Adriana Rodrigues da Silva**  
Membro da Comissão

Em 27 (vinte e sete) de novembro de 2018, eu Diretor Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **J. PAULO L. L DE CERQUEIRA ME**, adotando os fundamentos expostos pela comissão, **mantenho a decisão quanto a não habilitação da empresa.**

Cuiabá/MT, 27 (vinte e sete) de novembro de 2018.

*[Documento original assinado no processo]*

**JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO**  
Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso